

## COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJe-JT

### Ata de Reunião

**Data:** 04.12.2017

Local: Sala 506-B do Prédio Sede

**Presenças:**

**Des. João Pedro Silvestrin**, Presidente da Comissão de Informática;

**Luiz Antonio Marques Garcia**, representante do MPT;

**Ingrid Renz Birnfeld**, Advogada indicada pela OAB;

**Jeferson Andrade**, Assessor-técnico da ASSTECO;

**Onélio Luis Soares dos Santos**, Secretário-geral da SEGJUD;

**Natacha Moraes de Oliveira**, Diretora da SETIC.

**Convidados (as):**

**Pablo Paulo Lopes Barros**, Coordenador da Coordenadoria de Implantação de Sistemas;

**Adriana Rizzolli**, Coordenadora da Coordenadoria de Apoio ao 1º Grau;

**Fabiana Perdomo**, Assistente-chefe da Seção de Capacitação da SEGESP.

**Pauta:**

1. Projeto-piloto do PJe 2.0 (KZ) no TRT4;
2. Implantação da versão 1.16 em produção;
3. Fim do Applet;
4. Implantação do PJeOffice;
5. Implantação do SIF (Sistema de Interoperabilidade Financeira);
6. Assuntos gerais.

**Secretária:** Tatiana Duarte Pina (AGE)

Hora de início: 10h30min

Hora de término: 11h50min

---

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às 10 horas e 30 minutos, na sala 506-B do prédio-sede do TRT da 4ª Região, ocorreu reunião ordinária do Comitê Gestor Regional do PJe-JT. A reunião foi coordenada pelo Excelentíssimo Desembargador João Pedro Silvestrin, conforme registro que segue: inicialmente, Des. Silvestrin informou que se trata da última reunião do ano e com essa composição do Comitê Gestor Regional do PJe-JT, que passará a ter nova composição a partir da posse da nova Administração do Tribunal, que ocorrerá no dia 15 de dezembro. A Comissão de Informática e este Comitê serão presididos pelo

Excelentíssimo Desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa. Passou a palavra à Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Natacha Oliveira, para tratar dos itens de pauta. Natacha iniciou dizendo que a implementação da versão 2.0 do PJe-JT foi adiada para o dia 11 de dezembro, mediante acordo com o CSJT, tendo em vista que a instalação está demorando mais que o esperado, em razão da lentidão na execução de alguns scripts, por exemplo, bem como a constatação de alguns problemas. Informou que a versão 2.0 se trata de uma camada de software que se agrega a já existente. Para o público externo não há mudanças na interface, que fica igual à da versão 1.16.2. A mudança maior ocorrerá na interface interna, especialmente no modo de gestão dos processos, o que afetará significativamente a maneira como o Diretor de Secretaria gerencia o trabalho dentro do sistema. Essa mudança implicará na necessidade de cursos de capacitação, razão pela qual o convite feito à Assistente-chefe da Seção de Capacitação, Fabiana Perdomo. A versão 2.0 KZ será disponibiliza inicialmente apenas na 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, como parte do projeto-piloto. Importante esclarecer que a versão 2.0 estará disponível em todas as máquinas, mas a interface KZ apenas na 15ª Vara do Trabalho. Após a finalização do projeto-piloto, será necessário investir em cursos de capacitação para a utilização da nova versão, bem como decidir se a implantação será ou não gradual. Des. Silvestrin opinou pela implementação gradual, tendo em vista que haverá mudanças significativas no modo de trabalho dentro do sistema. Natacha informou também que, a partir do dia 11 de dezembro, será descontinuada a utilização do assinador Applet Java, tendo em vista problemas de segurança relacionados à sua utilização. O Tribunal providenciará campanha de divulgação junto à Secretaria de Comunicação Social. O assinador será substituído pelo assinador Shodô e pelo PJe Office. Luiz Antonio informou que no MPT é utilizado o assinador Shodô, cujo nome é Shomei. Em relação à versão 1.16.2, Natacha informou que foi constatada tratar-se de versão mais lenta, mas o Tribunal poderá propor melhorias, tendo em vista que possuem acesso ao código. Des. Silvestrin tranquilizou a advocacia, dirigindo-se à advogada Ingrid, dizendo que o Tribunal sempre emitirá certidão de indisponibilidade do sistema quando forem constatados problemas ou lentidões que inviabilizem a sua utilização. Onélio questionou se haverá testes da nova versão no segundo grau. Natacha respondeu que não, tendo em vista que o Tribunal faz parte do projeto-piloto apenas na versão para o primeiro grau, a ser implantada na 15ª Vara do Trabalho. O PJe Portable foi parabenizado pelo representante do MPT. Pablo informou que a nova versão foi desenvolvida utilizando a

versão do navegador Firefox 57, a mais atual. Trata-se de versão mais rápida e segura e o PJe Portable será atualizado automaticamente. Natacha informou que foi instalado em todas as máquinas do Tribunal. Adriana elogiou o software. Em relação à implementação do SIF (Sistema de Interoperabilidade Financeira), Pablo informou que se trata de sistema ligado com a Caixa Econômica Federal, cujo objetivo é consultar saldo de contas de FGTS e emissão de guias para depósitos judiciais. Explicou algumas funcionalidades do sistema e disse que a sua implementação agilizará bastante o trabalho. Natacha informou que o objetivo é ampliar o sistema para o Banco do Brasil, mas há questões relativas à segurança dos dados que precisam ser previamente resolvidas. O item da pauta relativo às sugestões de melhoria ficou adiado em razão das sugestões estarem sobrestadas por conta da implementação da versão 2.0 do PJe-JT. Natacha pediu à advogada Ingrid que seja feito contato com o representante da advocacia junto ao Comitê Gestor Nacional do PJe-JT, para que leve as demandas da advocacia ao conhecimento do Comitê, o que não está acontecendo. Des. Silvestrin perguntou se existe a possibilidade do Tribunal implementar o sistema de sessões virtuais, a exemplo do que ocorre no TST. Natacha respondeu que, em termos de sistema, hoje existe a disponibilidade. Onélio ressaltou a necessidade de alterações de normas no Regimento Interno. Des. Silvestrin disse que a implementação de sessões virtuais seria uma forma de agilizar a tramitação de processos que já estão prontos nas secretarias das turmas julgadoras aguardando a ampliação das pautas disponíveis para inclusão para julgamento. A sua ideia é a criação de um projeto-piloto mediante combinação prévia com a advocacia. Dra. Ingrid manifestou que a sugestão seria muito bem recebida pela advocacia. Ao final da reunião, Natacha agradeceu ao Des. Silvestrin pela condução dos trabalhos do Comitê Gestor Regional do PJe-JT e da Comissão de Informática, salientando a sua disponibilidade e confiança no trabalho desenvolvido pela equipe da SETIC. Também destacou a importância do trabalho desempenhado pela Coordenadoria de Apoio ao 1º Grau no atendimento ao público, tanto telefônico como presencial, no auxílio ao esclarecimento de dúvidas na utilização do PJe-JT e na solução de problemas quando da instalação de novas versões. Ressaltou que se trata de um setor de extrema importância na Instituição, pois auxilia o trabalho da SETIC, na medida em que assume o atendimento externo e homologa as novas versões do sistema. O Comitê registra a importância e a necessidade da manutenção desta Coordenadoria, principalmente com a iminente implementação da versão 2.0 do PJe-JT. Reunião encerrada às 11h50min. Ata subscrita pela servidora Tatiana Duarte Pina, Assistente,

lotada na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e remetida eletronicamente aos presentes para validação~~~~~